



Dificuldades e desafios da instrução pública no Baixo Amazonas e Tapajós: uma análise da educação no interior da Província do Grão-do-Pará após a Cabanagem (1840-1889)

Difficulties and challenges of public education in the Lower Amazon and Tapajós: an analysis of education in the interior of the Province of Grão-do-Pará after Cabanagem (1840-1889)

Sidney Augusto Canto Oliveira

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9427-806X>

Universidade Federal do Oeste do Pará,
Santarém, Brasil, sidcanto@gmail.com

Anselmo Alencar Colares

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-1767-5640>

Universidade Federal do Oeste do Pará,
Santarém, Brasil, anselmocolaes@gmail.com

DOI: 10.21680/2596-0113.2023v6n11D31543

Citation: Oliveira, S. A. C.; Colares, A. A. (2023). Dificuldades e desafios da instrução pública no Baixo Amazonas e Tapajós: uma análise da educação no interior da Província do Grão-do-Pará após a Cabanagem (1840-1889). *History of Education in Latin America - HistELA*, 6, e31543. Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/31543>

Competing interests: The author have declared that no competing interests exist.

Editor: Olivia Morais de Medeiros Neta

Received: 13/02/2023

Approved: 08/04/2023

OPEN ACCESS

Resumo

Este artigo visa compreender algumas das dificuldades e desafios encontrados na Instrução Pública no Grão-Pará, após a revolta da Cabanagem, principalmente na região do interior, que dificultaram a efetiva implantação de um ensino público para todos os habitantes das cidades e vilas, conforme a Lei de 15 de outubro de 1827. Nos utilizamos de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando, principalmente, documentos oficiais do governo da Província e de obras relativas à educação no período do Império, questionando quais as principais dificuldades enfrentadas. Três delas, constantemente referidas, são denominadas pelo governo como a “Trindade Negativa” da Instrução no Grão-Pará, que afetaram, sobremaneira, a real implantação de um ensino público de qualidade na Província.

Palavras-chave: Instrução Pública. Grão-Pará. Baixo Amazonas.

Abstract

This article aims to understand some of the difficulties and challenges encountered in Public Instruction in Grão-Pará, after the Cabanagem revolt, mainly in the interior region, which hindered the effective implementation of public education for all inhabitants of cities and villages, according to the Law of October 15, 1827. We used bibliographical and documentary research, using mainly official documents from the provincial government and works related to education during the Empire period, questioning the main difficulties faced. Three of them, constantly mentioned, are called by the provincial government as the "Negative Trinity" of Instruction in Grão-Pará, which greatly affected the real implementation of a quality public education in the Province.

Keywords: Public Instruction. Grand Pará. Lower Amazon.

Introdução

Com a eclosão da revolta da Cabanagem, o medo espalhou-se por todo o interior da Província do Grão Pará. As escolas públicas, muitas delas recém-criadas após a Lei de 27 de outubro de 1827, foram afetadas diretamente pelo medo da revolta. A instrução pública nascente, principalmente pelo interior da Província, foi imersa em um período de suspensão. Não temos como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a Cabanagem¹, no entanto, este movimento popular foi um marco fundamental no período que estamos analisando. Para Melo, a Cabanagem “foi uma guerra proveniente da luta de classes, da condição socioeconômica em que se achava a Província. Foi uma luta do oprimido contra o opressor, da aristocracia luso-paraense contra os marginais paraenses natos” (Melo, 2017, p. 171). Já Vicente Salles, considera importante analisar no movimento a,

Intervenção das classes populares dos campos e das cidades nos destinos políticos do Grão-Pará, com o fim especial de modificar o **status quo**. Sob as mais diversas condições exprimia o descontentamento do povo pela situação existente. Podem-se exibir, extraídas do contexto histórico-social, inúmeras motivações, algumas de raízes profundas, outras que refletem meramente intrigas entre personalidades colocadas na cúpula da classe dirigente. De qualquer forma ressaltam as contradições derivadas do próprio sistema colonial da Amazônia, que transformou Belém num burgo administrativo extremamente oneroso e estéril, sem condições de estender sua ação ao extenso domínio territorial e permanentemente agitado pela política dos interesses mercantis (Salles, 2005, p. 295).

Após a Cabanagem, os governantes tentaram mudar a cultura de rebeldia do povo do interior, criminalizando os cabanos e procurando o afastamento da tradicional cultura indígena, até mesmo em relação ao modo de vida no interior da Província. O olhar do viajante inglês, Richard Spruce, revela que até mesmo o costume de usar barba, começou a ser apreciado entre os indígenas, como modo de civilidade (Spruce, 2006). Do ponto de vista de alguns gestores do governo, a falta de instrução do povo poderia levar a novas revoltas.

O governo procurou aproveitar a volta à normalidade, pós-revolta, supostamente empenhando em investir na Educação para a Província, tendo em vista “um esforço mais significativo para atender à premissa de instruir as ‘classes inferiores’ como tarefa fundamental para a criação de uma nacionalidade própria” (Damasceno, 2017, p. 41). O governo provincial também concentrava suas forças no apaziguamento dos ânimos rebeldes, que eram convidados a deixar as armas e voltar ao seio da legalidade.

Reconhecendo a importância da instrução pública, após a Cabanagem e pelos 50 anos seguintes, até as vésperas do regime republicano, do ponto de vista administrativo e, principalmente legislativo, alguns passos eram dados: diversas leis foram criadas, reformas foram feitas, visando melhorar a educação na Província. Contudo, como veremos a seguir, três grandes dificuldades e desafios parecem sempre estar presentes e dificultar o processo de uma educação de qualidade, principalmente no interior da província.

Quando, em 1858, o Diretor da Instrução Pública da Província do Grão-Pará, o padre Felix Barreto de Vasconcelos, dirige um ofício² ao Presidente da Província, major Manoel de Frias e Vasconcellos, ele apresenta três dificuldades que o citado Presidente deveria sanar na Província. Eles se revelam ser semelhantes aos que podemos encontrar em alguns relatórios do Governo Provincial e, pragmaticamente, se revelam persistentes no final do império, quando o presidente da província, Dr.

Antônio José Ferreira Braga, citou a tão infame “Trindade Negativa³” (Pará, 1889, p. 6) na qual se espelhava toda a Instrução Pública no Grão-Pará. Vejamos, a seguir, essas dificuldades que foram transformadas em “Trindade Negativa” pelo governo.

As dificuldades domésticas para a Instrução Pública

Na “Trindade Negativa” de 1889, esta dificuldade se reflete na frase: “O Pará tem falta de alunos”. O já citado ofício do Diretor de Instrução Pública, em 1858, considera esta dificuldade como um dos fatores que ocasiona o grande atraso da Instrução Pública na Província a “educação doméstica”⁴, ou seja, a educação que se aprende “dentro de casa”, muitas vezes permeada de maus exemplos dos pais que subvertiam não somente a moral e os bons costumes como levavam a uma indisciplina que muitas vezes se refletia na escola.

Não podemos somente considerar o ponto de vista moral, como bem aponta o responsável direto pela Instrução Pública na Província do Pará, mas precisamos verificar as relações familiares estabelecendo uma relação com a estrutura social do interior da Província.

Um exemplo prático desta dificuldade se pode verificar na região do Baixo Amazonas e Tapajós, uma região de produção agrária. Nas plantações de cacau era preciso fazer a limpeza e controle de pragas, cuidar da colheita, do preparo dos frutos para extrair as sementes que eram secas, torradas para serem vendidas ou transformadas em chocolate, que era vendido em barras. Nas fazendas de gado era preciso cuidar dos animais, do pasto, da ordenha, da fabricação de queijo e manteiga, além de outros cuidados que a criação necessitava.

Como conciliar o trabalho familiar na estrutura agropastoril do século XIX, com as distâncias e o tempo que era necessário dispor para cuidar da plantação e das criações, com o tempo necessário para aprender as matérias oferecidas pela escola? Essa pergunta parecia não passar pela mente do Diretor de instrução pública que, no documento supracitado, analisa este problema apenas do ponto de vista moral, muitas vezes ligado a dualidade de interesses: ou as crianças iam para a escola, aprender as primeiras letras, ou iam trabalhar para o sustento da casa, abandonando a escola.

Aqui reside o ponto chave da primeira “Trindade Negativa”: a evasão escolar. De fato, mais adiante, poderemos contemplar que, houve anos que a evasão chegava perto dos 50%. Diante da pergunta “o que provocava a evasão escolar?” tocamos em uma realidade palpável, principalmente no interior da Província: a pobreza da população. Ora, se a Escola era pública e o ensino era gratuito, que motivo levava a pouca matrícula e grande evasão de alunos? De fato, se faltava pão na mesa das crianças, como elas iriam se concentrar na aprendizagem? Se faltavam recursos pecuniários para comprar uma roupa decente para frequentar a escola, como participar de forma a se sentir tratada com dignidade? Se nem mesmo o governo tinha recursos para suprir as escolas com material escolar e nem mandava fazer bibliotecas públicas que favorecessem a leitura nos mais longínquos recantos da Província, como um pai ou mãe de família poderia manter um filho na escola tendo que arcar com essa despesa, quando muitas vezes, o pouco que recebiam mal dava para sua subsistência?

De fato, sendo a pobreza a causa maior da evasão escolar⁵, para o Diretor da Instrução Pública, ao sugerir uma solução para o problema da “educação doméstica”, não aponta para sanar a pobreza da população, mas, ao contrário, propõe o engajamento militar dos meninos pobres na Escola de Aprendizes da Marinha,

solução essa que, muitas vezes, esbarrava nas intrigas políticas existentes, principalmente no interior da Província.

Acrescentemos o fato de que nos primeiros anos, após a revolta da Cabanagem, o governo provincial nem sequer levava em conta os pais que foram mortos na revolta, ou que foram obrigados a se alistarem no exército. De modo geral, se constata a pobreza, mas não se constata as suas causas. Nem se faz nada para resolver essa situação de tirar o pobre de sua pobreza.

Para o governo, principalmente para o legislador, parece ser mais fácil criar estruturas de fiscalização e de punição dos pais (e também dos professores) do que criar mecanismos que proporcionem capacidade de superar a miséria e adquirir meios de acesso ao ensino público. Essa situação não melhorou nada nas décadas seguintes, pelo contrário, quando adveio a exploração da borracha, as diferenças sociais entre o pobre e o rico aumentaram ainda mais, aumentando também a exploração e a miséria do povo.

As dificuldades do magistério.

Estas dificuldades foram expressadas na seguinte frase da “Trindade Negativa”: O Pará tem falta de professores (Pará, 1889, p. 6). Vamos considerar aqui os dois tipos de dificuldades encontrados em nossa pesquisa com relação ao magistério. O primeiro tipo são as dificuldades apontadas pelo Estado com relação ao magistério. O segundo tipo são as dificuldades encontradas pelo próprio magistério em si para o exercício de sua profissão. A primeira dificuldade é bem visível nos documentos oficiais do Governo (Falas, Relatórios, Exposições, etc.). Já a segunda é constatada em notícias de diversos jornais.

A carência de professores para o exercício do magistério é uma dificuldade que pode ser constatada nas falas do governo, principalmente quando se trata em conseguir professores para as escolas das vilas e lugares importantes do interior da Província. Como já foi visto anteriormente, pessoas que se apresentavam para dar as aulas no interior, muitas das vezes mal sabiam ler e escrever. Diante desse quadro, ao invés de criar mecanismos para formar professores para o interior, o que faz o governo? Apela para uma solução paliativa: aproveitar pessoas que, na época eram funcionários públicos⁶ e letrados, para exercerem a função de professores de primeiras letras: os padres. Ainda em 1840, aliando a instrução como promotora da paz pública, já havia a sugestão de utilizar os padres para suprir a carência de professores:

Eu dice, Senhores, que a instrucção nem se acha animada, nem bem dirigida. É esta uma verdade sem duvida dolorosa, mas por este incidente não é responsavel a Authoridade publica. A instrucção é filha da paz publica e da tranquillidade dos espiritos, e não era possivel, que no estado vertiginoso, que por algum tempo desgraçou a Provincia, se curasse de mais do que de restituir-lhe esse descanso, que produz as sciencias, e as fortunas. É tal a nossa situação, que nem homens ternos para ocupar esses lugares, o que fez necessario empregar os Parochos interinamente, em alguns dos quaes, supposto eu reconheça alguma habilitação para o regimem, não encontro com tudo urna vida izenta de outras distracções, qual se quer para o magisterio (Pará, 1840, p. 20).

Esse tema é ainda constante no ano seguinte:

Quanto ao provimento das cadeiras de 1^{as}. letras, poucas são ainda as que tem Professores examinados por falta de pessoas habeis; estão quazi todas dirigidas por Professores interinos, e algumas tambem pelos Parochos das Freguezias a quem por certo não faltará a precisa capacidade, mas que nem todos podem bem

dezenpenhar as funções deste Ministerio, obrigados a partir a todo o instante para os diversos pontos da Parochia a dezenpenhar seus mais importantes deveres Parochiaes. Tambem existia o abuzo de sahirem (20) os Professores publicos do Districto com licença das Camaras Municipaes, o que tenho prohibido, pois taes licenças so pode conceder o Prezidente da Provincia (Pará, 1841, p. 19-20).

É por isso, que vemos muitos padres exercendo a função de professores ao longo do império. O padre “já vinha pronto”. Sabia ler e escrever. Por conta do “Padroado” eles já eram funcionários públicos, restando apenas ao Estado ordenar que os mesmos acumulassem as funções de cuidar de suas paróquias e de dar atenção para Instrução Pública. Do ponto de vista estatal, essa era uma solução simples e “barata” para sanar uma das dificuldades para o fracasso da instrução pública na Província do Grão-Pará.

Mesmo assim, na década de 1840, a região do Baixo Amazonas e Tapajós não viu grande desenvolvimento da Instrução Pública. As escolas de educação primária estavam estabelecidas somente em seis vilas. Algumas delas viviam vagas, a maioria possuía professores interinos. Na realidade, em 10 anos, somente um professor vitalício assumiu uma cadeira pública na região. As aulas eram dadas somente aos meninos. Somente na década de 1850 é que o governo começou a oferecer aulas para as meninas na Região do Baixo Amazonas. Consideremos ainda que os dados de matrícula muitas vezes não eram enviados ao governo pelos professores.

Se a situação da educação primária na região do Baixo Amazonas e Tapajós já apresentava deficiência na proposta de uma instrução pública para todos, a educação secundária era ainda mais ausente para grande parte da população. Somente em Santarém havia uma escola pública secundária na década de 1840. Quando não estava vaga, sem professor, a exemplo do que acontecia no ensino primário, as aulas eram dadas somente aos meninos e com número de matrículas bem inferior ao do ensino público primário.

A dificuldade de se conseguir professores qualificados era, visivelmente, um desafio bem maior quando se tratava da educação no interior da Província, pois, os poucos qualificados que haviam eram absorvidos para o ensino na Capital. Essa dificuldade, entretanto, persistiria ainda muito tempo, como é apontada⁷ pelo Diretor da Instrução Pública (ele também um padre), em 1858, já apontava que os professores do interior, além de não possuírem as habilitações necessárias para exercer a função, não tinham a autoridade governamental e suas correções. Muitos deles exercendo o magistério como forma de complemento à renda, que muitas vezes era buscada prioritariamente através de outras ocupações.

Podemos ver que a carência de professores, em si, não era o único problema ligado ao magistério. O problema tinha início a partir do momento em que o Estado não cuidava com ênfase e com a importância devida da formação de professores. E, quando a Escola Normal foi implantada para tentar solucionar essa questão, começou para atender primeiramente (e por algum tempo, somente) a capital da Província. Primeiramente, a formação deveria servir à classe dirigente da província e manter a ordem e formação de mão de obra disponível à elite da capital.

Para a elite agrária, comerciante e política do interior, só restava enviar os filhos para estudar no Liceu da capital, o que implicava em recursos que somente estavam ao alcance de grandes proprietários, fazendeiros e comerciantes do interior. Os mais abastados, enviavam seus filhos para estudar em Lisboa ou na Corte do Rio de Janeiro.

Além dessa carência de mão de obra, ao salientar que alguns dos professores do interior não tinham punições por conta das grandes distâncias territoriais da

Província, o Diretor da Instrução Pública também coloca que muitas das pessoas que buscam o magistério, o veem mais como fonte de recursos, e de poucos recursos, mas que, em um ambiente social de poucos empregos, e dificuldades econômicas, era um suporte que poderia ser usado para a subsistência familiar.

Além disso, o Estado, ao ver a educação como gasto e não como investimento, não se obriga a ter condições de pagar um ordenado que seja suficiente para prover os agentes do magistério condignamente. Ganhava um professor 400\$000 (quatrocentos mil réis) por ano⁸. Parece muito, mas não é. Havia disparidades. O próprio Diretor da Instrução Pública, assim como o Diretor do Lyceu da Capital recebiam, em 1859, o salário de 1:800\$000 mais a gratificação de 600\$000, perfazendo o total anual de 2:400\$000 (dois contos e quatrocentos mil réis), seis vezes mais que um professor, e isso sem terem que “tirar do próprio bolso” para pagarem pelo aluguel das escolas ou fornecer material de sua própria economia aos seus alunos (Pará, 1859, p. 39).

Essa questão ainda seria persistente, como bem podemos ver na palavra do Presidente da Província do Pará, Joaquim Raymundo de Lamare, em 1867:

Para as cadeiras vagas ha sempre muitos pretendentes; mas estes pela maior parte, ou quasi todos; as procurão mais pela necessidade de terem um arranjo honesto do que por vocação, e poucos são os que estão habilitados para desempenharem o logar. Além d'isso, o espirito de partido que é sempre máo conselheiro, muitas vezes faz arredar da concurrencia e mesmo da cadeira de professor um homem de bem e de capacidade para substituil-o por um inepto. É impossível que da instrucção dada por professores d'esta qualidade possa resultar um bem real para o paiz. Si se quer uma mocidade bem educada; uma geração nova morigerada, é preciso banir do seio da instrucção publica toda a influencia malefica, pôr em pratica a mais severa imparcialidade no provimento das cadeiras e attrahir para ellas homens instruidos, morigerados e de vocação, bons mestres, enfim, porque estes são como segundos paes da juventude. Não se póde, é certo, conseguir tudo isso d'uma vez e em breve tempo, senão lentamente e á força de perseverança; mas é preciso principiari essa tarefa, e para principiari me parece que o primeiro passo a dar é acoroçar a classe dos professores por meio de garantias capazes de assegurar o seu futuro ou de sua familia. Essas garantias estão principalmente na retribuição do trabalho por vencimentos vantajosos, na recompensa dos serviços por aposentações proporcionaes do professor e por premios rasoaveis á sua familia, quando falleção em pobreza. Sei que isto importa pesado onus aos cofres públicos; mas tambem importa muito ao futuro da mocidade e á civilisação da Provincia, além de que esta se reputaria feliz si tivesse de remunerar, frequentemente e com justiça os bons serviços dos primeiros educadores dos seus filhos. Convem pois que tomeis em consideração esta necessidade. (Pará, 1867, p. 35).

Como podemos ver acima, o gestor estatal reconhece que precisa fazer cumprir para alavancar a instrução pública através do melhoramento de condições da vida dos professores. No entanto, o texto evidencia um problema que está na raiz desse atraso e que voltaria à pauta vez ou outra: o espírito de partido. Esse espírito, antes da Cabanagem vivido entre os Caramurus e os Filantrópicos, é vivenciado, no segundo reinado, entre os Liberais e Conservadores. A alternância do poder entre ambos, ao invés de contribuir para um melhoramento da qualidade da educação, traz consigo um prejuízo contínuo, o da instabilidade. Alie-se a isto o pouco salário, já citado anteriormente e temos um círculo viciante de problemas educacionais ao longo do período do Império e que, vez por outra, voltam à tona nos discursos dos governantes, sem, contudo, se tocar nas remediações necessárias para sanar este mal.

Vale a pena mencionar um outro problema, relacionado ao pouco salário: o atraso nos pagamentos. Em 11 de fevereiro de 1847, foi autorizado o pagamento dos salários relativos aos anos de 1842 e 1843. A relação⁹ da Secretaria da Instrução Pública, mostra claramente que os professores mais afetados eram os do interior. Muitos deles, com os poucos recursos que tinham, não podiam se dirigir até a capital da Província para receberem seus salários. Alguns chegavam a morrer e não recebiam o que o Estado lhes devia. Ao mesmo tempo o Estado considerava o professor como personagem essencial para a Instrução Pública, ou, como nos diz Aníbal Ponce:

Um apóstolo “sofredor” e “candoroso”, que suporte tranquilamente a miséria e a fome, porque quanto mais fome e miséria possa suportar, mais diáfano será o apóstolo; eis aí o ideal que a burguesia tem particular interesse em difundir. Tendo contato direto com as massas, correr-se-ia o perigo de que o professor tomasse consciência de que ele é um operário como os outros, explorado e humilhado (Ponce, 1992, p. 181).

Outra dificuldade enfrentada pelos professores era a falta de estabilidade no exercício da sua profissão. Essa instabilidade vinha não somente por falta de iniciativas estatais, como também por conta das tensões políticas já citadas acima. Assim, quando vemos a realidade da educação no Baixo Amazonas e Tapajós, nas décadas de 1850 e 1860, constatamos que houve um melhoramento no número de professores (e escolas) na região. Entretanto, as questões políticas envolvendo os professores se tornaram mais constantes. Muitos continuaram a ser nomeados de forma interina, sem ter as garantias da vitaliciedade na profissão, ficando à mercê dos favores políticos, fossem eles da localidade onde trabalhavam ou da capital da Província.

Muitos deles eram nomeados de forma arbitrária, para localidades longe dos seus lugares e de suas famílias de origem e pouco tempo demoravam em suas escolas, alguns pediam a demissão de sua função pouco tempo depois de nomeados, ou por perseguição política, ou por não se adaptarem. Há relatos de professores que eram transferidos de suas escolas pelo bel prazer dos políticos influentes em torno do governo da Província, para que, vagas suas cadeiras, fossem substituídos por outros que, mesmo inaptos para o cargo, eram nomeados para agradar seus padrinhos políticos.

Não havia interesse do governo em diminuir a questão dos “apadrinhamentos políticos” dentro do magistério. Mas, para tentar sanar a questão dos professores inaptos ou relapsos com as suas funções no magistério, o governo provincial, a partir da década de 1850, procurou investir na vigilância e fiscalização dos professores, criando a figura dos “Delegados da Instrução Pública”.

Essa situação nova, fez que alguns professores, que tentavam viver sem o apadrinhamento político, se voltassem para um “protetor” para se manterem em seus cargos. Assim, aumentaram ainda mais as relações de amizade e interesse não somente com políticos ligados ao governo, mas também com os delegados da instrução pública que, chegavam a remover desafetos para colocar os seus preferidos. Muitas vezes, essas nomeações se davam por conta das relações de compadrio e influência local, pois, naquela realidade nacional

o provimento de cargos no magistério mobilizava um complexo sistema de concessão ou intermediação de favores em que o emprego público ocupava o lugar central. Relações clientelísticas amarravam o sistema social e político de alto a baixo (...) definindo redes de lealdades baseadas em laços de família, amizade e proteção. O emprego público era um dos principais elementos nessa

configuração de trocas materiais e simbólicas e uma cadeira numa escola pública não escapava a esse jogo de interesses (Villela, 2014, p. 112).

As relações em torno dos cargos públicos faziam do magistério, entre os grupos políticos antagônicos, um cargo onde as disputas tomavam, às vezes, um caráter violento, cuja peleja, pautada pela vingança ou pela destruição dos adversários, também ocupava o campo da instrução pública. Aqui, conforme o entender de Saviani sobre o Marxismo, não basta apenas constatar que existe violência, mas “pôr em evidência as determinações econômicas que constituem o fundamento último das variadas formas que a violência pode assumir numa sociedade como a atual, caracterizada pela divisão em classes antagônicas” (Saviani, 2015, p. 123). Essas relações colocavam o professor muito mais como um cargo voltado para a política partidária do que para a instrução pública em si.

Apesar de existirem alguns fatos relacionados à uma práxis reprovável por alguns agentes do magistério na região do Baixo Amazonas e Tapajós, não podemos deixar de registrar que houveram abnegados profissionais, alguns deles sem grandes registros na história, mas que, mesmo em meio a tantas dificuldades, não deixaram de cumprir com decência o ofício de professores públicos, levando a educação aos rincões mais distantes do sertão paraense no século XIX.

As dificuldades materiais das escolas

Voltando à “Trindade Negativa” e sua relação com as dificuldades aqui analisadas a terceira dificuldade se define pela frase: “O Pará tem falta de Escolas” (Pará, 1889, p. 6). Escolas, aqui, entenda-se, os edifícios que deveriam servir para o ensino. E não somente os edifícios, mas tudo o que se relaciona à infraestrutura necessária para a boa qualidade da educação. Sobre isso, já na década de 1840, o governo da província assim se manifestava:

A segunda é a falta de meios, com que montar as Escolas no seu verdadeiro estado normal, como é preciso para que ellas possam preencher os fins da Lei: tudo mais ou menos lhes falta, casas, compendios, livros, traslados, globos, mappas & algumas ha, que nem assentos tem para os meninos, nem mesas sobre que escrevaõ: os ordenados dos Professores, sobre mal pagos, não são sufficientes para ao mesmo tempo manter-lhes a subsistencia, e para fornecerem suas escolas desses objectos, que alias devem ter, e que em fim a Lei lhes garante. Neste estado não é possivel que elles possam derramar na população toda a instrucção e conhecimentos, a que são destinadas (Pará, 1845, p. 10-11).

Esta terceira dificuldade, citada como “falta de meios” pelo governo provincial, também foi citada pelo Diretor de Instrução Pública, em seu ofício de 1858, já anteriormente citado, como sendo o “mal estado material das escolas” que, de forma geral: funcionavam em casas de mal estado de conservação, muitas delas pequenas, acanhadas e imundas, tinham péssima ou nenhuma mobília e utensílios para o ensino. Destaca ainda que, no interior, muitas das escolas funcionavam nos adros das igrejas ou em imundas palhoças. Apelos para edificações de casas que fossem dignas para o ensino das crianças sempre haviam. Tanto da parte de pessoas ligadas ao governo como das lideranças do povo em geral.

Ainda na década de 1850, uma solução foi dada para solucionar tal problema, mas apenas para a Capital, com uma gratificação de 200\$000 (duzentos mil réis) para que os professores pudessem encontrar casas mais decentes que servissem para a Instrução Pública. Quanto aos professores do interior, entretanto, essa solução deveria esperar pela “boa vontade” do corpo legislador.

Percebemos aqui, novamente, a face do abandono do Estado que deveria promover uma educação pública e gratuita para a população. Além de jogar para os pais, muitos deles trabalhadores e pobres, a responsabilidade em manter a escola. Além disso, a ausência de verbas no orçamento público para atender a instrução pública das escolas já era apontado como um dos principais fatores para a decadência do ensino público, principalmente na região do interior.

Havia também a dificuldade de se conseguir o material didático que seria utilizado na Instrução Pública na Província. Pouco, ou quase nada era produzido de acordo com a realidade da nossa região. A sugestão que partia do governo provincial, era a de que tal material deveria ser igual aos compêndios e modelos utilizados na capital do Império. Uma única exceção seria, por proposta desse presidente, a utilização do Compêndio escrito por Antônio Ladislau Monteiro Baena, publicado em 1833 e que, segundo o governo provincial, “se devem familiarizar os nossos Provincianos, por lhes oferecer ideias luminosas sobre as circunstancias da Província” (Pará, 1840, p. 23).

Por outro lado, a situação das escolas públicas era, de fato, lamentável. É fato constatado que na região do Baixo Amazonas, nenhum prédio para o funcionamento de uma escola pública foi construído na época do Império. Não por falta de tentativas.

Uma delas aconteceu no mês de março de 1871, quando o presidente da Província, dr. Joaquim Pires Machado Portella, fez uma viagem pelo interior. Por onde passava, falava sobre a necessidade da reforma do ensino e de se estimular o ensino público no interior da Província. Em Santarém, parou por duas vezes. A primeira delas durante sua viagem de subida do rio Amazonas (até a cidade de Óbidos). Nesta ocasião conseguiu convencer as autoridades e pessoas influentes da cidade tapajônica, da necessidade de se construir uma Escola que pudesse servir a ambos os sexos. Sua ideia encontrou apoio e ficou decidido que, na volta de Óbidos, ao passar novamente por Santarém, faria o assentamento da primeira pedra do tão necessário edifício.¹⁰

Enquanto o Presidente da Província visitava a cidade de Óbidos, espalhando a mesma semente de se conseguir melhorar a instrução pública pelo interior da Província, a cidade de Santarém promovia, sob a coordenação do dr. Abel Graça, então Juiz de Direito da Comarca, uma subscrição entre diversos moradores da cidade para que pudesse auxiliar na construção de um prédio que servisse de Escola Pública para os Santarenos. Conseguiu a significativa importância de sete contos de réis (7:000\$000).¹¹ No dia 20 de março, ao som dos acordes da banda de música local e dos estouros dos foguetes, o Presidente da Província desembarcava novamente em Santarém. Conduzido à Praça da Imperatriz (atual Praça Rodrigues dos Santos), em um terreno fronteiro a esta foi preparado o lugar para colocação da primeira pedra do edifício onde deveria funcionar a Escola Pública da Cidade. Uma ata do ato foi enterrada em caixa de zinco, junto à pedra fundamental.

Apesar da necessidade que as cidades e vilas de nossa região tinham por estes prédios e também da significativa colaboração feita por meio de subscrições, não temos notícia de que as três escolas projetadas (Santarém, Óbidos e Alenquer) tenham sido construídas. A de Santarém, um ano depois, já estava abandonada e entregue às intempéries (Tavares, 1876). Curiosamente, o local escolhido ficava no mesmo lugar onde, até 1756, funcionava a antiga escola dos Jesuítas em Santarém.

Os santarenos, obidenses e alenquerenses que tomaram para si a proposta feita pelo Presidente da Província de levantar subscrições para arrecadar recursos para a construção de prédios para abrigar as escolas, com certeza o fizeram de muito bom grado. Contudo, apesar dos apelos de deixarem de lado as divergências políticas

em prol do bem comum, hoje não sabemos nem mesmo qual o fim dado ao dinheiro arrecadado nas subscrições.

A situação das acomodações escolares continuou de forma tão precária que, mesmo quando visitavam as escolas do interior, os presidentes da Província davam testemunho, como o caso de Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, que ao visitar a cidade de Óbidos, em 1860, notou a que à escola daquela cidade faltava, entre outras coisas todos os móveis necessários para o funcionamento da mesma, que era regida pelo professor Raimundo José de Lima. Somente assim, após uma visita *in loco*, o presidente autorizou a despesa de 200\$000 para a compra dos móveis para a sobredita escola (Pará, 1860, p. 36).

De modo geral, as escolas funcionavam em prédios alugados. Muitas vezes esse prédio era a própria casa do professor. Tal fato levava, muitas vezes, a situações inusitadas, como a que ocorreu com a escola pública para o sexo feminino, no bairro da Aldeia, na cidade de Santarém¹². Em 1878, a professora removeu a escola do Bairro da Aldeia e a implantou o funcionamento na casa de seu pai, no Bairro do Centro. Além de as alunas terem que percorrer maior distância para chegar até a escola, tinham que enfrentar outro desafio, pois na frente da mesma funcionava uma “taberna”, e as crianças tinham que passar por ele para chegar à sala de aula (nos fundos), causando o incomodo de ter a convivência de bêbados e outros frequentadores do recinto junto da escola.

Durante o período do Império, nenhum prédio de Escola Pública foi construído pelo Governo Provincial no interior do Estado. Somente com a implantação dos “Grupos Escolares”, já no período republicano, é que alguns prédios começaram a ser construídos para acolher alunos e professores de forma mais digna para o ato de ensinar e de aprender.

Algumas considerações

A realidade da Província do Grão-Pará era, de fato, desafiadora, no que tange às grandes extensões territoriais, cultura, sociedade, meios de transporte, etc. Contudo, assim como no governo central, o governo provincial valorizava o desenvolvimento da educação na capital, onde se concentravam a maior parte dos comerciantes, donos de fazendas e aristocracia política e burguesa, deixando o interior com minguados recursos e sobras. A prioridade era equiparar o desenvolvimento da capital da Província ao desenvolvimento da Corte, por isso, não raras vezes, a Corte servia de exemplo, também, para o modo de se desenvolver a educação no Grão-Pará. Era a classe dominante buscando meios necessário para se manter no poder, reproduzindo no âmbito local e regional os métodos e meios usuais do poder central.

O governo da Província, fosse ele executivo ou legislativo, ao pensar a Instrução Pública, principalmente ao criar as leis, não levava em conta a realidade do povo como um todo, principalmente a realidade das pessoas mais pobres, das mulheres, dos indígenas, dos que viviam na escravidão, dos que moravam nos sítios e fazendas ou nas cidades e vilas do interior. Podemos evidenciar isso ao constatar que o Estado não conseguia fiscalizar os professores que viviam muito afastados da capital da província, e nem lhes dar o suporte necessário para que ele oferecesse uma educação de qualidade. O governo pensava apenas na punição de um professor que, muitas vezes era interino, era provisório, foi colocado ali por um padrinho político e não por capacidade e competência.

Seria possível sanar essa situação com a formação, capacitação e boa remuneração do professor. Com relação à formação e capacitação, houve o projeto da Escola Normal, criada para formar e capacitar professores. No entanto, essa escola ficava na capital, sem levar em conta a formação de professores no distante interior. Como resultado, enquanto na capital haviam muitos professores normalistas, no interior, ao final do império, a maioria dos professores que continuavam exercendo essa função, não haviam sido qualificados pedagogicamente para o ensino em sala de aula.

Outra diferença no universo capital/interior verifica-se na construção de Escolas. Ao final do império, haviam sido construídos ambientes escolares amplos e de qualidade na capital, como o Liceu ou a Escola de Educandas. No interior, principalmente na região do Baixo Amazonas, nem sequer uma sala de aula decente havia sido construída para o ensino público. Dessa forma, enquanto a capital formava e consolidava uma elite, o interior vivia a ausência de um Estado que evitava sanar os problemas.

Em 1889, o presidente da Província do Pará, elaborou o termo “Trindade Negativa”, destacando que, nesta Província, faltam alunos, escolas e professores (Pará, 1889). Podemos, seguramente, acrescentar uma outra negação à esta tríade: no Pará faltam recursos para a educação. Este tema é percebido nos documentos oficiais, não somente de forma direta, como de forma indireta, por exemplo, quando os presidentes da Província tratam da instrução como um “gasto” e não como um “investimento”.

A falta de recursos financeiros (ou má gestão desses recursos) se reflete, evidentemente, na falta de outros recursos necessários para a implantação efetiva da Instrução Pública gratuita e de qualidade: faltavam as escolas, construídas de forma a facilitar não somente o bem estar da mente como a higiene; faltava o material didático necessário para o ensino elementar (papel, tinta, penas, livros, cadeiras, mesas e demais materiais); sem escolas e materiais, mesmo os alunos matriculados acabavam por abandonar a sala de aula. Sem falar na honesta e justa remuneração para os professores, bem como a sua formação. Tais dificuldades, não sanadas de forma eficiente, prejudicaram uma eficiente implantação da instrução pública no período do Império nas cidades e vilas do interior do Grão-Pará.

Referências

- Baena, A. L. M. (2004). *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Edições do Senado Federal.
- Brasil. (1878). *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1827*. Parte Primeira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
- Damasceno, A. A. (2017) instrução no Grão-Pará imperial: do ato adicional de 1834 ao relatório Gonçalves Dias. In: *Revista Brasileira História da Educação*, Maringá, PR, vol. 17, n. 1 (44), p. 37-64.
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40708>
- Melo, W. R. S. de. (2017). *Tempos de Revoltas no Brasil Oitocentista: Ressignificação da Cabanagem no Baixo Tapajós (1831-1840)*. Curitiba: CRV.
- Pantoja, A. R. R. L. (2014). *Terra de Revolta*. Belém: Imprensa Oficial do Estado.

Pará. (1838). *Discurso com que o Presidente da Província do Pará fez a abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial no dia 02 de março de 1838*. Belém: Typographia Restaurada de Santos, e Santos menor.

Pará. (1840). *Discurso recitado pelo Exm. Snr. Doutor João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Pará, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no Dia 15 de Agosto de 1840*. Belém: Typographia de Santos & menor.

Pará. (1841). *Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Doutor Bernardo de Souza Franco, Vice-presidente da Província do Pará, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 14 de abril de 1841*. Pará: Typographia de Santos & menor.

Pará. (1842). *Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Doutor Bernardo de Souza Franco, Vice-presidente da Província do Pará, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 14 de abril de 1842*. Pará: Typographia de Santos & menor.

Pará. (1845). *Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Doutor João Maria de Moraes, Vice-presidente da Província do Pará, na abertura da segunda sessão da quarta legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 15 de agosto de 1845*. Pará: Typographia de Santos & Filhos.

Pará. (1854). Relatórios a que se refere a Fala que o Exmo. Sr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, Presidente desta Província, dirigiu à *Assembleia Legislativa Provincial* na abertura do corrente ano. Pará: Typographia da Aurora Paraense.

Pará. (1859). Fala dirigida à *Assembleia Legislativa da Província do Pará* na Segunda Sessão da XI Legislatura, pelo Exmo. Sr. tenente-coronel Manoel de Frias e Vasconcellos, Presidente da mesma Província, em 01 de outubro de 1859. Pará: Typographia Commercial de A. J. Rabello Guimarães.

Pará. (1860). Relatório que o Exmo. Sr. Dr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, Presidente da Província do Pará, apresentou ao Exmo. Sr. Vice-presidente, Dr. Fábio Alexandrino de Carvalho Reis, ao passar-lhe a administração da mesma Província, em 12 de maio de 1860. Pará: Typographia Commercial de A. J. Rabello Guimarães.

Pará. (1863). Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na segunda sessão da XIII legislatura pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Província Doutor Francisco Carlos de Araújo Brusque, em 1º de novembro de 1863. Pará: Typographia de Frederico Carlos Rhossard.

Pará. (1867). *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial por S. Exc^a. o Sr. Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra, Joaquim Raaymundo de Lamare, Presidente da Província, em 15 de agosto de 1867*. Pará: Typographia de Frederico Rhossard,

Pará. (1889). Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Antônio José Ferreira Braga, Presidente da Província, abriu a sessão extraordinária da 26ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Pará, em 18 de setembro de 1889. Pará: Typographia de A. Frutuoso da Costa,

Ponce, A. (1992). *Educação e luta de classes*. 12 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados.

Salles, V. O. (2005). *Negro no Pará sob o regime da escravidão*. 3 ed. rev. ampl. Belém: IAP; Programa Raízes.

Santos, P. R. dos. (1999). *Tupaiulândia*. 3 ed. Santarém, PA: ICBS/ACN: Tiagão.

Saviani, D. [et al.]. (2014). *O Legado educacional do século XIX*. 3. Ed. Campinas, SP: Autores Associados.

Saviani, D. (2015). *História do tempo e tempo da história: estudos de historiografia e história da Educação*. Campinas, SP: Autores Associados.

Spruce, R. (2006). *Notas de um botânico na Amazônia*. Belo Horizonte: Itatiaia.

Tavares, J. L. (1876). *O Rio Tapajós: memória onde se estuda semelhante tributário do Amazonas, não só como elemento de riqueza e uma das melhores vias de comunicação, como também porque todo o território que banha é o mais apropriado para o estabelecimento de colônias agrícolas e industriais*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

Villela, H. de O. S. (2014). Do Artesanato à Profissão: Representações sobre a institucionalização da formação docente no Século XIX. In: Stephanou M. e Bastos, M. H. C. *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*, vol. II: Século XIX. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Notas

¹ Para uma compreensão da Cabanagem na região do Baixo Amazonas e Tapajós, entre tantos feitos nos últimos anos, destaco aqui o trabalho da professora Ana Renata R. Lima Pantoja, que fez, em sua tese de doutorado, denominada de “Terra de Revolta”, um resgate dos documentos da antiga Comarca do Baixo Amazonas, documentação essa que hoje está sob os cuidados da UFOPA, no Centro de Documentação do Baixo Amazonas. Neste citado trabalho merece destaque o tratamento da Cabanagem como um movimento rural-agrário tendo, como principais sujeitos, os homens pobres do campo, indígenas, negros e mestiços e suas relações sociais (Pantoja, 2014, p. 343).

² Ofício do Diretor da Instrução Pública do Grão-Pará ao Presidente da Província, major Manoel de Frias e Vasconcellos, de 20 de dezembro de 1858, que se encontra no Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

³ As três negações elaboradas por este Presidente da Província consistem em: O Pará não tem alunos; o Pará não tem professores; o Pará não tem escolas.

⁴ Ofício do Diretor da Instrução Pública de 20 de dezembro de 1858.

⁵ Segundo as estatísticas oficiais do Governo para o ensino primário: em 1861, a matrícula inicial era de 3.736 alunos; em 1862, a matrícula foi de 3.552; em 1863, a matrícula foi de 3.369 alunos, sendo que 660 dessas matrículas eram do sexo feminino. Os dados apontam uma diminuição crescente das matrículas, conforme a extração da goma elástica vai se firmando pela Província (Pará, 1863, p. 92).

⁶ Na época, pelos acordos existentes entre a Santa Sé e o Império do Brasil, a Igreja Católica era regida pelo sistema de “padroado”. Nesse sistema, os padres eram funcionários públicos pagos pelo Estado e estavam a serviço dele, porquanto a Religião Católica era a Religião Oficial do Estado, as paróquias e párocos eram mantidas economicamente pelo mesmo Estado.

⁷ Ofício do Diretor da Instrução Pública do Grão-Pará ao Presidente da Província, major Manoel de Frias e Vasconcellos, de 20 de dezembro de 1858, que se encontra no Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁸ Em valores atualizados em 2022, isto seria equivalente a R\$ 49.200,00 anuais ou R\$ 4.100,00 mensais. Parece muito, mas desconte-se daí o aluguel das casas que serviam de escola e mais da metade do dinheiro já estaria comprometido. Conferir <https://www.diniznumismatica.com/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html> (acesso em 07/12/2022).

⁹ O texto, publicado no jornal “Treze de Maio”, Belém, 17 de fevereiro de 1847, mostra que o professor de Gramática Latina de Santarém ainda precisava receber 350\$000 (trezentos e cinquenta mil réis) de seus salários atrasados, bem como os dois professores de primeiras letras de Vila Franca, João Francisco de Sousa (66\$666) e Antonio de Souza Gomes (166\$666) e o de Óbidos, Mariano Sabino da Silva (200\$000). O professor de Monte Alegre, José Ferreira de Lacerda não compareceu para

receber os 33\$333 réis que o governo lhe devia. Os professores de Vila Nova d'El Rei (atual Curuçá) e Porto de Moz, faleceram sem receber seus salários.

¹⁰ Conferir o jornal "JORNAL DO PARÁ", Belém, 11 de abril de 1871.

¹¹ O jornal, supracitado, nos informa que as subscrições renderam o que segue: Santarém – 5:200\$000 mais 5.000 tijolos e 600 alqueires de cal; Óbidos – 1:635\$000; Alenquer – 810\$000.

¹² Conferir o jornal "DIARIO DO BRAZIL", Rio de Janeiro, 08 de março de 1882.